



PEDAGOGIA

MARIANA THOMÉ

**GÊNERO E FORMAÇÃO DOCENTE:
(RE)PENSANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES PARA A ABORDAGEM
DE GÊNERO EM SALA DE AULA**

Pitanga - Paraná
2019

MARIANA THOMÉ

GÊNERO E FORMAÇÃO DOCENTE:
(RE)PENSANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES PARA A ABORDAGEM
DE GÊNERO EM SALA DE AULA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, Área das Ciências Humanas da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná-UCP, como requisito à obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Professor Orientador: Rodolpho Henrique Tomé Machado; Jean Pablo Guimarães Rossi

Pitanga
2019

Catálogo elaborado pela Bibliotecária Michele Carolina da Silva Martins CRB 9/1838 da Biblioteca Profa. Dirce Doroti Mèrlin Clève da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP

M321n (numeração concedida pela Bibliotecária)

IORI JUNIOR, Moacir

Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná / Moacir Iori Junior. – Pitanga, 2016.

107 f.

Orientador: Nome por extenso do orientador do TCC

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel ou Licenciatura em Nome do Curso) – Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP, 2016.

1. ABNT. 2. Normas de Trabalho Acadêmico. 3. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Martins, Michele Carolina da Silva. II. Sobrenome, Nome (orientador do TCC). III. Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, UCP. IV. Título.

CDD 001.42

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIANA THOMÉ
GÊNERO E FORMAÇÃO DOCENTE:
(RE)PENSANDO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES PARA A
ABORDAGEM DE GÊNERO EM SALA DE AULA

Trabalho de Curso aprovado com nota _____ (número extenso) como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em (nome curso) da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientador (Presidente): **Prof. Rodolpho Henrique Tomé Machado**
Curso de Pedagogia, Faculdade UCP

Membro: **Prof. Helena de Oliveira Andrade**
Curso de Pedagogia, Faculdade UCP

Membro: **Prof. Grazielle Potoski**
Curso de Pedagogia, Faculdade UCP

Pitanga, ____ de _____ de 2019.

Dedico este trabalho aos meus pais Antonio Elaertes Thomé e Eugenia Kadlubiski e aos meus orientadores Rodolpho Henrique Tomé Machado; Jean Pablo Guimarães Rossi e a todas as pessoas que me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço á Deus, que ao me guiar e iluminar meus caminhos me deu a esperança e a força para superar todos os obstáculos que encontrei para concluir este projeto.

Agradeço ao meu orientador Rodolpho Henrique Tomé Machado, não só pela constante orientação neste trabalho, mas, sobretudo, pela sua amizade e confiança, por esclarecer tantas dúvidas e ser tão atencioso e paciente.

Agradeço ao meu co-orientador Jean Pablo Guimarães Rossi por sua incansável dedicação, por nunca perder a fé na minha pesquisa e saber me amparar nos momentos mais difíceis.

A todos os meus professores/as do curso de Pedagogia da UCP – Faculdade do Centro do Paraná, pela excelência da qualidade de cada um, meu muito obrigada.

Agradeço em especial à professora Helena de Oliveira Andrade, por sua amizade e suporte com suas correções e incentivos para que eu não desistisse dos meus objetivos.

Agradeço à instituição de ensino UCP, à direção e ao corpo docente, por contribuir com a minha formação intelectual.

À minha companheira e amiga Beatriz Ferreira de Abreu, que jamais me negou apoio, carinho e incentivo, sem você esse trabalho não seria possível, obrigada.

À minha amiga Vanessa Maria Drong, que me apoiou em minhas decisões, e que, mesmo longe, sempre me aconselhou nos momentos mais difíceis da minha vida pessoal, e que hoje ocupa um lugar especial em meu coração, obrigada.

Gostaria de agradecer também a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a minha formação, direta ou indiretamente.

“Ninguém nasce mulher; torna-se mulher.”
Simone de Beauvoir

THOMÉ, Mariana. MACHADO, Rodolpho Henrique Tomé; ROSSI, Jean Pablo Guimarães. **Gênero e Formação Docente: (RE)pensando na formação de professoras/es para a abordagem de gênero em sala de aula.** 2019. 46 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia – Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, Pitanga, 2019.

RESUMO

Este trabalho discute a relevância de formar educadoras e educadores para trabalharem com as questões de gênero no espaço escolar. A pesquisa foi desenvolvida no Colégio Estadual D. Pedro I – EFMPN, no município de Pitanga-PR. Utilizou-se de pesquisa de campo, bibliográfica, exploratória e descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa. Os participantes da pesquisa foram professores com a faixa etária de idade de 24 a 50 anos. Para a coleta de dados foi utilizada a plataforma *Google Forms* para aplicação do questionário. Nos últimos anos, diversas/os autoras/es têm apontado a existência de dificuldades que professoras e professores enfrentam no tratamento das questões de gênero em suas práticas pedagógicas. Tal fato acontece, em parte, por decorrência de muitos preconceitos e crenças pessoais arraigadas e equivocadas, os quais estão impregnados no imaginário das/os docentes e inviabilizam tais discussões em sala de aula. Assim sendo, problematizamos o seguinte questionamento: como é possível favorecer uma formação que vá ao encontro das dificuldades e consiga munir as/os docentes de estratégias didáticas e metodológicas para a incorporação das discussões de gênero e diversidade em suas práticas pedagógicas? É necessário ir além dos estereótipos, desconstruir o preconceito que existe na nossa sociedade, principalmente no ambiente escolar onde a escola deve apresentar meios que facilitem o trabalho com o tema e que não seja uma dificuldade, mas um processo que auxilie os profissionais para proporcionar mudanças pedagógicas no combate ao preconceito e na construção de uma pedagogia baseada no respeito às diferenças. Para discutir tais questionamentos, partimos dos pressupostos dos Estudos de Gênero e dos Estudos Feministas, em fontes primárias e secundárias. Os resultados apontam que se educadoras e educadores têm o espaço propício à formação para problematizar suas concepções, estigmas e preconceitos, podem então, sucessivamente, incorporar tais questões em suas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Gênero. Formação de Educadoras/es. Diversidade. Escola.

THOMÉ, Mariana. MACHADO, Rodolpho Henrique Tomé; ROSSI, Jean Pablo Guimarães. **Gender and Teacher Education: (RE) thinking about teacher education for the gender approach in the classroom.** 2019. 46 p. Graduation Final Paper in Pedagogy - Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, Pitanga, 2019.

ABSTRACT

This paper discusses the relevance of training educators to work with gender in the school environment. The research was developed at D. Pedro I State College - EFMPN, in the municipality of Pitanga-PR. We used field research, bibliographic, exploratory and descriptive, with qualitative and quantitative approaches. The survey participants were teachers aged 24 to 50 years. For data collection, the Google Forms platform was used to apply the questionnaire. In recent years, several authors have pointed to the existence of difficulties for teachers in the treatment of gender in their pedagogical practices. This fact happens, in part, due to many prejudices and deep-seated and mistaken personal beliefs, which are impregnated in the teachers' imagination and permeate the discussions in the classroom. Thus, we asked how is it possible to favor a formation that faces the difficulties and enables didactic and methodological strategies for the teachers to incorporate the discussions of gender and diversity in their pedagogical practices? It is necessary to deconstruct stereotypes and prejudices that exist in society, especially in the school environment. The school should present means that facilitate the work with the theme, helping the professionals to provide pedagogical changes and fight prejudice, to build together a pedagogy based on respect for differences. To discuss such questions, we start from the assumptions of Gender Studies and Feminist Studies, from primary and secondary sources. The results indicate that if educators receive adequate training to problematize their conceptions about gender, they can then successively incorporate such issues in their pedagogical practices.

Keywords: Gender. Educators Formation. Diversity. School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Número de pessoas referente ao sexo	31
Figura 2 - Porcentagem de pessoas relacionadas ao estado civil.....	32
Figura 3 – Número de pessoas referente a filhos/as.....	33
Figura 4 – Percentual da religião de cada indivíduo.....	34
Figura 5 - Abordagem do tema.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
CF	Constituição Federal
PCN	Parâmetro Curricular Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA.....	10
1.2 JUSTIFICATIVA.....	10
1.3 OBJETIVOS.....	12
1.3.1 Objetivo Geral.....	12
1.3.2 Objetivos Específicos	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	15
2.1.1 O que é gênero?	18
2.1.2. Sexualidade é tabu?.....	21
2.1.3. Formação docente	24
3 METODOLOGIA	28
3.1 TIPO DE PESQUISA	29
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	29
3.2.1 População	29
3.2.2 Amostra.....	29
3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS	29
3.3.1 Instrumentos	30
3.3.2 Procedimentos	30
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS	46
ANEXO A	47
ANEXO B	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute a relevância de propiciar uma formação a educadores e educadoras que se embasa na perspectiva do gênero. Temos percebido, nos últimos anos, as dificuldades em se abordar essa temática em sala de aula. Além disso, diversas/os autoras/es apontam a existência de dificuldades que professoras e professores enfrentam no tratamento das questões de gênero em suas práticas pedagógicas devido à ausência de uma formação sólida. Isso se expande cada vez mais, devido a ocorrência de inverdades, saberes equívocos, e preconceitos e crenças pessoais arraigadas nas pessoas, as quais estão impregnadas no imaginário das/os docentes também e inviabilizam tais discussões em sala de aula.

Com isso, essa pesquisa objetiva evidenciar a necessidade de ir além dos estereótipos, desconstruir o preconceito que existe na nossa sociedade, principalmente no ambiente escolar, onde a escola deve apresentar meios que facilitem o trabalho com o tema e que não seja uma dificuldade, mas um processo que auxilie os profissionais para proporcionar mudanças pedagógicas no combate ao preconceito e na construção de uma pedagogia baseada no respeito às diferenças. Em outras palavras, é necessário reafirmar direitos e posições de políticas afirmativas, ou seja, garantir que os profissionais da educação estejam em concordância com os pais e os alunos, estabelecendo o bem-estar de todos e obtendo uma educação igualitária.

A pesquisa foi pautada utilizando-se de pesquisas bibliográficas com alguns autores que são referências nas questões de gênero, como Guacira Lopes Louro e Pierre Bourdieu, além de artigos científicos. Foi desenvolvida num Colégio Estadual do município de Pitanga-PR. Para tanto, utilizou-se de pesquisa de campo, bibliográfica, exploratória e descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa. Os participantes da pesquisa foram dez professores entre a faixa etária de idade de 24 a 50 anos. Para coleta de dados foi utilizada a plataforma *Google Forms* com a aplicação do questionário, a qual foi direcionada a estes professores mediante orientação e discussão.

1.1 PROBLEMA

Partimos da problemática seguinte: como é possível favorecer uma formação que vá ao encontro das dificuldades e consiga munir as/os docentes de estratégias didáticas e metodológicas para a incorporação das discussões de gênero e diversidade em suas práticas pedagógicas?

1.2 JUSTIFICATIVA

A diversidade de gênero é ainda uma concepção cheia de “tabus” e preconceito, e é um problema maior para quem não se enquadra no estereótipo considerado “padrão”, principalmente no ambiente escolar. Muitas vezes, somos limitados por tabus que atingem a nossa construção pessoal, comportamentos que nós mesmos praticamos e que atinge apenas a nós mesmos, conforme Marimon (1999): “Tudo o que fazemos, como nos comportamos, a forma de pensar, falar, sentir, fantasiar e até sonhar sofre influência da imagem que temos de nós mesmos” (MARIMON, 1999. p. 28).

Abordar a sexualidade, para muitas pessoas, remete ao ato sexual simploriamente. Essa aproximação causa desconforto, pois a prática sexual é assunto ainda muito velado entre todos. Antigamente, o ato sexual era visto como algo exclusivo para a reprodução. As práticas que fugiam desse intuito eram demonizadas, consideradas pecado. Essa visão era muito propagada pela igreja católica, uma instituição forte e incisiva que acabava controlando grande parte do comportamento dos seres humanos, isto é, era uma espécie de reguladora de moral. Nesse viés, por conta dessa propagação de ideias e valores, houve uma grande influência no modo como se estuda e discute assuntos relacionados a sexualidade.

Por consequência disso, faz-se necessário um estudo específico em relação à gênero, para que os profissionais quando questionados saibam responder as dúvidas dos educandos, principalmente na questão de saber diferenciar sexo de gênero, ou, mesmo que não tenha conhecimento total do assunto, consiga direcionar dúvidas e debates a respeito do assunto para reflexões concisas e embasadas.

Entre outros motivos, oportunizar ferramentas metodológicas aos educadores que os auxiliem em sala de aula e, conseqüentemente, proporcione uma

aprendizagem significativa em torno do tema gênero, fazendo com que a instituição se torne livre de preconceitos, faz-se pertinente também, pois, conforme Nóvoa (1995),

A formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma “nova” profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas (NÓVOA, 1995, p. 24).

A autoridade que é passada pela escola guarda a mais estreita ligação com o ensino tradicional, ou seja, vemos uma conduta, muitas vezes, pautada na postura conservadora do passado. No entanto, se a escola é um espaço de acolhimento, não deveria existir preconceito, mas o que muitos não sabem é que a escola é o reflexo da sociedade. Um dos grandes desafios na educação é um ensino com equidade e respeito às diferenças, reduzindo desta forma as desigualdades educacionais relacionadas à questão do gênero.

Dessa forma, gênero na escola tem se tornado tema controverso para muitos. A escola é um ambiente não só para ensinar conteúdos científicos, mas também para desenvolver a cidadania e, nesse sentido, deveria ser um espaço democrático e inclusivo, onde os estudantes compreendam que é possível o convívio com as diferenças, longe de opressões e violência. No entanto, sabemos que a realidade vivenciada é, na maioria das vezes, contrária às teorias. As práticas que negligenciam a sexualidade em sua dimensão histórica e social reproduzem discriminação, preconceitos e principalmente exclusão.

Ademais, a escola deve ser o espaço de amplo debate das questões de gênero e sexualidade, de modo a assegurar a inclusão e reprimir quaisquer condutas que marginalizam e excluem pessoas em razão das mais diversas manifestações de gênero (VEIGA; PELET, 2017, p. 7), isso vai ao encontro do que é proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual dispõe que,

A educação é dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nas ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, s/p)

Compreendemos que a educação é um direito humano, que visa buscar uma sociedade igualitária de respeito à diversidade, para que se torne uma cultura democrática. De acordo com Bandeira e Hutz (2012), apontam que os estudantes

são vítimas de *bullying*, ou seja, de agressões físicas e psicológicas dentro do ambiente escolar. A discussão sobre gênero precisa estar inserida no contexto escolar, fazendo parte do processo educacional cotidianamente. Sob este prisma o educador deve ser e/ou estar preparado e um dos maiores modos para a preparação é a educação continuada, que visa propiciar conhecimento e consciência sobre o assunto. Assim, o educador deve estar preparado para as mudanças, sendo elas necessárias para todos, conforme Nóvoa (1995): “A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola” (NÓVOA, 1995, p. 28).

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender como se configura o debate em torno de gênero, desconstruindo estereótipos e preconceitos, e oportunizando aos profissionais da educação uma visão e abordagem que trabalhe com gênero na escola, a fim de colaborar com a formação do educando.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Diferenciar o conceito de sexo e de gênero em seus aspectos de construção sócio-histórico-cultural;
 - Identificar como a gestão escolar, de fato, abrange e trabalha o tema transversal, como o de gênero.
 - Abordar os problemas relacionados ao pré-conceito e a violência gerados pelos tratamentos desiguais da questão de gênero.
 - Analisar questões relacionadas à formação docente a respeito do tema gênero, possibilitando, assim, uma metodologia satisfatória que sirva de apoio aos educadores em torno do processo de ensino e aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme a lei que rege os cidadãos brasileiros, no que diz respeito ao tratamento dos seres humanos, o Art. 5 da Constituição Federal preconiza que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade (BRASIL, 2010). Isso evidencia que é fundamental um tratamento justo e igualitário entre todos que residem no país, sem qualquer tipo de distinção que possa afetá-lo.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), afirmam que:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais contemplam várias áreas do ensino, com a exigência que esses temas sejam colocados em prática no cotidiano das escolas, entre os temas abordados nos PCN's a Orientação Sexual, é pautada como uma questão ampla e polêmica, visando que o debate sobre sexualidade traz um histórico marcado pela cultura e evolução da sociedade (BRASIL, 1998, p. 67).

Nesse contexto, fica claro que a abordagem desta temática, de acordo com o documento norteador acima citado, não só pode, como deve ser feita em sala de aula, oportunizando um debate crítico entre educadores e educandos, sendo o educador uma ponte, ou seja, um mediador do conhecimento, que possibilita aos seus educandos a construção dos saberes, resultando estes em novas aprendizagens.

Segundo Basto, Cruz e Dantas (2018), enquanto sexo é um dado biológico, gênero é uma construção cultural. Desta forma, é necessário ser trabalhado a questão do gênero no âmbito educacional para se entender questões culturais e desenvolver uma ação reflexiva, na busca de direitos e igualdades perante o cidadão, pois segundo os autores: “Essa diferença, do ponto de vista biológico, entre homens e mulheres, se refletiu no campo político e passou a justificar a desigualdade de direitos” (BASTO, CRUZ, DANTAS, 2018, p. 10). É justamente contra isso que devemos tomar posição.

Outra questão que vem sendo colocada à tona é o comportamento dos educandos. Atribui-se à escola, muitas vezes, uma concepção de que ela busca um modelo padronizado em torno do comportamento. Assim, pressupõe-se que os indivíduos todos iguais no comportamento demandam mais facilidade e menos

trabalho para ensinar. Concepção essa que se perpetua e influencia no ensino do docente. Em consonância a isso: “Essas afirmações nos fazem supor que a escola é também um espaço capaz de produzir objetivações e ancoragens distintas das hegemônicas” (FRANÇA, 2014, p. 59), além de mostrar ausência de preparo dos profissionais em se discutir assuntos mais reflexivos compactua com a exclusão dos mesmos, conforme salienta Costa e Pelet (2017),

O despreparo do docente na abordagem de tais temas no âmbito institucional enseja o silêncio e inviabiliza a construção de entendimento crítico hábil a desconstrução do preconceito, perpetuando concepções históricas de marginalidade das pessoas em razão de suas manifestações de gênero (COSTA, PELET, 2017, p. 8).

Assim, como o ambiente escolar tem o poder de liderança, um começo importante seria uma formação adequada aos professores, na qual a equipe pedagógica estabelece-se o gênero, trabalhando as diferenças, seja a questão de cor, classe, etnia, sexualidade, entre outras, para que os alunos se sintam representados nesse espaço e seja um momento de reflexões. Tal necessidade se confirma por observarmos que ainda existe uma forma de resistência por parte dos professores, pois, estes já trazem pré-conceitos relacionados a determinados assuntos.

Com essa situação, podemos observar que o profissional da educação deve estar sempre atualizado para acompanhar os avanços educacionais, pois nos deparamos com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições de ensino, relatando que estas seguem a tendência teórica Histórico-Crítica. Sabemos que esta tendência pedagógica viabiliza a construção de um sujeito crítico e conhecedor de seus direitos e deveres, entretanto, este fato fica apenas a nível documental, sendo divergente da prática diária de nossas escolas. Conforme afirma Silva (2013),

Nessa perspectiva, o pressuposto do caráter necessariamente benigno de todo conhecimento, que está por de trás das concepções educacionais que se preocupam tão somente com os aspectos técnicos de organizações e seleção curricular (centrados em questões relativas ao “como”, ao invés de em questões relativas ao “por que”) é rejeitado em favor de uma análise que vincula conhecimento e currículo com controle e poder (DA SILVA, 2013, p. 61).

Assim sendo, faz-se necessário que estes profissionais, repensem e formulem estratégias de ensino que levem o educando a reflexão, para que os mesmos ao

questionarem seus professores em torno desta, ou de demais temáticas, sejam atendidos e não ignorados.

De acordo com Nóvoa (1995) podemos analisar que,

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas (NÓVOA, 1995, p. 27).

Em consonância a isso, o incentivo a formação deve ser constante, pois o conhecimento e o preparo irá reverter o quadro de preconceito e fugas ao tema. Observamos, muitas vezes, em alguns contextos, professoras/es em sala de aula que fogem de questionamentos realizados pelos seus educandos quanto ao tema do gênero. Desta maneira, torna-se perceptível que esses não possuem uma formação adequada a respeito do assunto. Portanto, segundo Dinis e Leão (2008): “Nessa perspectiva, a proposta metodológica do Curso de Formação consistiu-se na construção coletiva de uma nova maneira de olhar a juventude e a escola” (DINIS; LEÃO, 2008, p. 141).

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A história da educação passou por um grande percurso até ganhar as formas que vemos hoje em dia. Antigamente, em sociedades primitivas, não havia nenhum método de ensino específico, nada em relação a métodos documentados, os quais fossem utilizados pelos primitivos. Assim, deduz-se que as pessoas aprendiam pela observação, isto é, observando os mais velhos, que eram vistos como exemplos. De acordo com Ribeiro (2018): “As crianças aprendiam a partir de imitações dos gestos dos adultos nas atividades diárias e nos rituais: aprendiam a caçar, pescar e a pastorear, assim como assimilavam as atividades da agricultura” (RIBEIRO *et al.*, 2018, p. 17). Assim sendo, a escolarização como forma institucionalizada e organizada não existia, obviamente. Hoje, essa questão tomou formas palpáveis.

De acordo com Bittar (2012),

De fato, durante o período de 1930 à 1964, ocorreram várias reformas educacionais no Brasil sem que fosse resolvido o secular problema do analfabetismo e da garantia de pelo menos quatro anos de escolaridade

para todas as crianças, fato que evidencia a forma como o Estado Nacional conduziu a política educacional da época (BITTAR, 2012, p. 158).

A reforma educacional no Brasil, segundo o autor, tem como objetivo produzir um reordenamento nas áreas políticas do Estado. Segundo Delors e Nanzhao (1998) busca-se, atualmente, uma educação que venha na direção oposta da ideologia e que atenda às necessidades de uma população excluída dos seus direitos básicos da existência humana e de seus princípios de formação de sujeitos críticos. Nesse mesmo viés, Piletti (1995) ressalta que a educação ao invés de eliminar as diferenças, acaba criando ainda mais desigualdade. Frequentamos um quadro educacional em que é mais simples entrar no âmbito escolar do que sair, pois a qualidade de ensino é diferente em todos os estados do Brasil. Segundo o autor (1995),

A educação não era ofertada a todos, com a marginalização dos pobres, o ensino era ofertado apenas para os nobres, cleros e burgueses, algo comum para a época, acreditava-se que se a educação fosse ofertada para todos, o ensino se tornaria superficial, não havendo professores para todos (PILETTI, 1995, p. 87).

Em outras palavras, a educação era vista como algo desnecessário, pois as atividades exigidas e priorizadas eram feitas de forma braçal, quem sabia ler e escrever era considerada uma pessoa de luxo.

Uma das funções da escola deve ser a de moldar os alunos para o mundo. De acordo com Saviani (2008), dentro da Pedagogia Tradicional o professor é o transmissor do conhecimento e o aluno é visto como uma “tabua rasa”, tornando-se mecânicos e vazios sem direito a liberdade de expressão, sem direito a opiniões. Portanto, em alguns momentos nos deparamos com educadores com “vendas” nos olhos, seguindo uma tendência pedagógica já ultrapassada, não oportunizando aos educandos uma aprendizagem significativa, por meio da construção dos saberes e na formação de sujeitos críticos, aptos a exercerem seus papéis de cidadãos.

Podemos observar nos estudos de Winch (2007) que,

Entretanto, apesar das tentativas de inovar, a escola tem sido pensada e organizada de modo a adaptar-se às mudanças sociais e não para formar sujeitos capazes de criticar sua realidade e buscar, assim, transformá-la. Assim, ela tem sido descrita como consequência de mudanças sociais e não como instrumento para mudança (WINCH, 2007, s/p).

Desta maneira, o autor deixa claro que nossas instituições de ensino tentam inovar em seus métodos, na busca de criar cidadãos críticos. Entretanto, isso não passa de uma utopia, pois, nossos educandos ao não serem estimulados a desenvolver seu senso de criticidade, acabam não adaptando-se as mudanças exigidas pela sociedade.

A escola, como qualquer outra instituição, e em sentido raso, é vista como um agrupamento de regras, a qual permite saber que tipo de comportamento se espera de um aluno, ao estabelecer normas. Nessa concepção, expondo regras ao aluno, eles terão consciência do certo e errado e o profissional saberá que postura tomar diante de situações desagradáveis.

Nesse viés, as concepções que giram em torno do termo instrução são de sentido ultrapassado. Para Ribeiro (2018): “A instrução, também de forma prática, deveria educar para a vida, assim como entender o sentido e a substância das lições” (RIBEIRO *et al*, 2018, p. 61). Para Saviani (2005) a centralidade da instrução apontava a escola como uma gestão centrada no educador que transmitia o conteúdo da humanidade, e o aluno assimilava o que era transmitido.

Se tomarmos, por exemplo, o caso brasileiro vamos detectar a importância das instituições Igreja e Família no âmbito da educação que podem ser consideradas seja como precursoras da escola, seja como suportes diretos ou indiretos da escola, seja como instituições em disputa com a escola quanto à primazia educativa (SAVIANI, 2004, p. 31).

A família, segundo o autor tem grande relevância no processo educativo, costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina. Segundo Saviani (2004), a primeira análise a ser feita é de que a escola é um ambiente educativo em termos diacrônicos e sincrônicos, ou seja, diacrônico porque indica mudanças num determinado período de tempo, sincrônico porque algo é realizado ao/no mesmo tempo.

Além disso, Frigotto (2011) relata que:

Em relação às políticas educacionais da presente década, uma análise antinômica que trabalhasse com base na continuidade ou descontinuidade não seria capaz de captar as diferenças de contexto e o alcance delas em relação ao passado, especialmente em relação à década de 1990 (FRIGOTTO, 2011, p. 243).

Em outras palavras, a dificuldade não está apenas no que atribui nas ações e políticas, mas na maneira de sua gestão e como é orientada aos profissionais.

Segundo Saviani (2010) não se deve, também, derrubar o caráter público do Sistema Nacional de Educação com a justificativa de que o ensino é um trabalho não somente do governo, mas de toda a comunidade, o que vai ao encontro do que propõe Bourdieu (2001): “O poder simbólico, é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido como uma cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2001, p. 8).

De acordo com Faria e Lenardão (2014) ao evidenciarem que,

A Pedagogia Histórico-Crítica é elaborada com o intuito de buscar a superação das teorias existentes, propondo uma práxis no interior da escola, visto que até então não existiam alternativas para os educadores que buscavam uma atuação crítica (FARIA; LENARDÃO, 2014, p. 8).

Suscitam princípios de que o profissional da educação tem o papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem de seus educandos. Com base nessa vertente, devem ensinar o conhecimento aglomerado da humanidade e desenvolver atuação original quanto à conscientização dos estudantes perante a sociedade, com base em uma sociedade justa e igualitária, e procurando contextualizá-los. De acordo com Gasparin e Petenucci (2008), o método de ensino visa incentivar a atividade que é proposta ao educando com a iniciativa do educador, desde que valorize o diálogo com a cultura histórica, mas também leve em consideração os interesses dos educandos, para que se tenha uma transmissão-assimilação de conhecimentos.

2.1.1 O que é gênero?

O gênero tem como concepção uma construção social remetida ao sexo, ou seja, tanto o homem como a mulher têm conhecimento de si sobre o mundo. Por isso, concordamos com Louro (1997) quando afirma que: “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (LOURO, 1997, p. 21).

Há também importantes distinções dentro dos estudos de gênero, os quais, segundo Jesus (2012) pode ser dividido em: sexo, que é biológico, e gênero, que é social, e que fora criado pelas diferentes culturas. Gênero vai adiante do sexo, o que

interessa na descrição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a maneira como o indivíduo se comporta socialmente.

De acordo com Louro (1997):

A característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos. Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar (LOURO, 1997, s/p).

Dentre todas essas discussões, cabe o estigma de que desde muito cedo aprendemos que a cor rosa é de menina e a azul de menino. Papel este atribuído aos pais precocemente, pois são os primeiros a estimularem seus filhos referente à suas preferências e, dessa forma eles já estão impondo regras culturais desnecessárias, firmados nessas atitudes pré-determinadas pela sociedade. Segundo Louro (2003) falar que as mulheres são apostas aos homens se cria, a começo, uma afirmação incontestável. Taquette (2007) relata também que, além dessa “criação” de estereótipos há:

A extensa bibliografia sobre violência de gênero está centrada na dominação masculina sobre as mulheres. Apesar de sabermos que esta é a violência mais frequente, tal centralidade é limitativa, pois desconsidera a diversidade das formas de expressão sexual (gênero e sexualidade) existentes na natureza, nas sociedades e no mercado do sexo. Além disso, despreza o fato de as expressões da sexualidade humana não serem sempre unívocas e singulares, mas diversas e plurais (TAQUETTE, 2007, s/p).

Percebe-se que as próprias mulheres, acomodadas à tradição, nem sempre conseguem prosseguir no seu propósito de independência, desistindo de seus direitos para conservarem-se fiéis à crença de que a felicidade familiar é o mais importante.

Em consequência, nos deparamos com um conceito que exerce papel importante nas discussões, o de “biopoder”. Que para Louro (2003) a concepção foucaultiana de "biopoder" é o direito de monitorar as populações, de controlar o "corpo-espécie" também aparenta ser útil para que se analise no contexto de

disposições e realizações que foram, tradicionalmente, geradas e ativas para controlar homens e mulheres.

Aliás, a lógica da ordem patriarcal de gênero só é passível de entendimento por meio da análise das relações entre categorias homens e mulheres. Singularmente, muitas relações podem chegar a bom termo por terem sido construídas com menos desigualdades. Podem mesmo não chegar a abrigar qualquer sorte de violência (SAFFIOTI, 2002, s/p).

Nessa percepção, a ordem patriarcal é vista como motivo predominante na formação da violência de gênero, porém a dominação masculina não pode ser analisada como algo fechado, se as mulheres querem se fortalecer em diversos contextos do âmbito social. Existem características, que inferiorizam a mulher diante do homem, pois eles se colocam acima delas, muitas vezes, seja no ambiente familiar ou até mesmo nas organizações sociais.

No entanto, há uma movimentação em se repensar esses papéis sociais, pois, conforme Louro (2008): “Ainda que normas culturais de há muito assentadas sejam reiteradas por várias instâncias, é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade”. (LOURO, 2008, p. 19). Em consonância com as discussões da autora, a batalha no terreno cultural continua, principalmente, como uma luta em volta da atribuição de significados gerados em meio a relações de poder.

Para Scott (1995), ao relatar que:

Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1995, p. 72).

O termo foi concebido muito simploriamente. Isso ressalta a pertinência de procurar refletir todos os lados que a história nos possibilita, ou seja, tanto a compreender o viés masculino e feminino e a importância dos sexos nas diferentes sociedades e período.

Ainda, segundo Scott (1998), a ocorrência nos últimos anos tem modificado e cada vez mais um número maior de mulheres vêm saindo de seus lares, ingressando no mercado de trabalho pois compreendem e compartilham da ideia proposta por Adichie (2015),

A pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte. É a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos. Tanto um homem como uma mulher podem ser inteligentes, inovadores, criativos. Nós evoluímos. Mas nossas ideias de gênero ainda deixam a desejar (ADICHIE, 2015, p. 20).

Desta maneira, podemos analisar que homens que se dizem líderes, repetidas vezes, se contrapõem a afirmação de Adichie (2005). Levam essa concepção a nível físico e biológico, e esquecem que força não é o único elemento a ser considerado. Concordamos com a autora que o papel do líder vai além, pois deve se portar como um sujeito culto e apto a exercer este papel de liderança no âmbito social.

Portanto, é necessário que se tenha um equilíbrio ético entre os homens e as mulheres para que todos adquiram direitos igualitários deixando de lado as diferenças sociais e culturais existentes entre ambos. Adichie (2015) descreve que: “Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas do gênero” (ADICHIE, 2015, p. 41). Vale ressaltar que de acordo com a autora citada o problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos.

2.1.2. Sexualidade é tabu?

Para compreender as questões referentes à sexualidade, é fundamental compreendermos a sua concepção no passado. Segundo Mensal (2014), sexualidade é um termo amplo, que provavelmente se encaixa em um conceito único, e que nos leva a um espaço onde tudo é pessoal, particular, único, pois necessita não só da condição biológica, mas essencialmente das práticas vivenciadas pela realidade que cerca cada pessoa. Isso vai ao encontro da reflexão de Oliveira (2009):

A sexualidade do ser humano numa concepção contemporânea, num enfoque mais amplo e abrangente, envolve todas as dimensões do indivíduo: o biológico, o social, o emocional, o cultural e o religioso, enfim, todo o indivíduo” (DE OLIVEIRA, 2009, p. 177).

Ainda nos dias atuais, a questão relacionada à sexualidade tem sido alvo de muitos debates não somente na escola, mas também na educação familiar. De acordo com Sousa (2006),

O diálogo entre pais e adolescentes no caso em estudo é muito restrito. Não há abertura para conversar sobre questões pessoais, íntimas. A dificuldade em procurar os pais para esclarecer dúvidas sobre assuntos relacionados à sexualidade está vinculada ao sentimento de medo de sofrer represálias. Tabus e preconceitos impedem o indivíduo, de até mesmo, buscar aprender (SOUZA, 2006, p. 441).

Desta maneira, podemos observar que adolescentes sentem grande dificuldade para dialogar com seus pais sobre sexualidade, e um dos fatores é por sentirem vergonha, ou até mesmo pela questão da tradição hierárquica onde o/a filho/a, não consegue este contato com seus pais por medo de sofrer alguma represália. Os pais pensam que ao conversar sobre sexualidade com seus filhos acabam induzindo-os a praticá-lo, e as mães que os filhos terão iniciativa quando tiverem a sua primeira prática sexual a perguntarem quando tiverem dúvidas.

A educação de filhos e filhas, supondo-se que serão heterossexuais, produz uma surpresa quase sempre negativa, tanto nos pais quanto nos filhos: o inesperado desorienta, alimenta temores, podendo chegar a produzir rejeição até hoje (SÁNCHEZ, 2009, p. 16).

Nessa percepção, os pais sentem dificuldade para abordar com os filhos o tema da sexualidade, enquanto que os filhos sentem-se constrangidos para tocarem no assunto com os pais, fator este, que causa uma surpresa de modo negativo, pois ambos ficam desorientados não estabelecendo vínculos de aprendizagem do senso comum e até mesmo afetivo.

Esse tipo de comportamento tem princípio nas primeiras manifestações de origem cristã. Nos primeiros séculos da era cristã, os tratados teológicos elogiavam a virgindade feminina e atacavam o matrimônio com o propósito de convencer as mulheres a evitá-lo (DANTAS, 2010, p. 701).

Por essas razões, a escola deve incluir e levar em consideração o que o aluno já traz de casa arraigado em suas concepções, se quiser quebrar essa barreira e instituir uma reflexão, a fim de se adquirir um diálogo referente à sexualidade.

A sexualidade, no universo escolar, é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre outros), assim como os tabus e interditos que social e historicamente cercam temas que lhe são relacionados (CASTRO, 2004, p. 33).

A sexualidade é uma construção social imbuída de controvérsias e principalmente polêmicas. Geralmente, são baseadas em conceitos religiosos,

crenças, preconceitos, entre outras discussões não fundamentadas, que, assim, dificultam a ação do profissional em sala de aula. Por ser tema tão complexo, a escola precisa ter todo um preparo para amparar os profissionais da educação, conforme Furlani (2016): “A escola precisa incluir na sua agenda pedagógica a multiplicidade cultural, os saberes populares advindos de movimentos sociais e os saberes advindos das experiências subjetivas dos sujeitos” (FURLANI, 2016, p.52).

Ainda sobre sua relação histórica, segundo Dantas (2010), os teólogos achavam que a relação carnal só teria que ocorrer quando um dos cônjuges solicitava o cumprimento do contrato matrimonial e o pagamento da dívida. O autor relata que:

Quando falamos nos antigos impérios, lembramos da Mesopotâmia, com os assírios, caldeus e babilônios; do Egito e a grandiosidade das pirâmides e dos faraós; da Grécia e a democracia de Roma, que construiu dominou o mundo então conhecido, na Babilônia, a mulher tinha posição social inferior ao homem, mas podia receber a herança paterna (RIBEIRO, 2005, p. 2).

O homem podia se separar da mulher caso não conseguisse a engravidar, pois não a fecundando, não teria uma família, o que era visto como anormal para a época. Quanto a questão da traição, a mulher que fosse infiel era condenada à morte, sendo que o homem podia ter relações com outras mulheres sem mesmo se casar e era considerado normal.

O papel das meninas era voltado aos ensinamentos dos deveres domésticos. Elas eram motivadas a casarem logo após o ciclo menstrual e, especificamente, com homens mais velhos. Os meninos, do contrário, eram insignificantes ao casamento. Eram livres da preocupação dos afazeres domésticos. Ideia essa que tenta ser desfeita, ainda que em grau mínimo, conforme salienta Ribeiro (2005): “um aspecto que ainda demonstra elevado grau de desigualdade entre homens e mulheres no interior dos lares é a divisão dos afazeres domésticos” (RIBEIRO, 2005, p. 2).

Em seus estudos, De Carvalho (2009) salienta que,

O menino e a menina, com desejos afetivo-sexuais predominantemente voltados para o mesmo gênero, sentem-se perdidos e oprimidos neste mundo que rotula seus sentimentos mais íntimos e queridos com palavras insultuosas: descaração, sem vergonhice, pouca-vergonha, frescura, pecado mortal (DE CARVALHO, 2009, p. 20).

A autora afirma que o mundo já traz consigo diversos rótulos que, na maioria das vezes, acaba sendo um papel violento inserido pela sociedade. A educação sexual baseada na abordagem dos direitos humanos é aquela que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades “excluídas” (FURLANI, 2016, p. 24).

Sánchez (2009) descreve que,

Esses pais reagem mal devido à educação negativa que receberam durante sua infância e juventude (quando os homossexuais eram malvistas), por estarem mal informados sobre a homossexualidade e porque temem que seu filho ou sua filha homossexual tenha que sofrer muito nesta sociedade (SÁNCHEZ, 2009, p. 17).

Na maior parte do tempo, os pais agem com medo do que o filho/a possa enfrentar diante da sociedade, inseguros de que esta os impeçam de serem aceitos como são, afetando a relação familiar de forma negativa.

2.1.3. Formação docente

A proposta de se estudar gênero no âmbito educacional deve ser assunto fundamental nas formações continuadas dos profissionais da educação, uma vez que Castro (2004) expõe a pertinência de propiciar aos jovens uma educação crítica e reflexiva, pois,

A juventude é também ciclo decisivo para demarcação de diferenças de gênero no campo de identidade. Tais diferenças podem potencializar criatividade, singularidade como podem tender a reproduzir divisões sexualizadas com conotação de assimetria e desigualdade. É, portanto, natural que expressiva literatura no campo da sexualidade tenha-se voltado para o lugar da escola e da educação de jovens (CASTRO, 2004, p. 33).

O papel da escola é instruir o aluno perante a sociedade, para que se torne um cidadão crítico refletindo sobre a realidade em que vive e nela atua, valorizando os aspectos culturais e sociais. Além do ambiente escolar ser um espaço onde tanto as crianças como os adolescentes encontram instrução formal é também onde aprendem com a diversidade e as diferentes concepções de mundo.

De acordo com Cardoso (2005), o tabu é um intenso meio de conversação que age como uma história simples e simbólica envolvido em um número ilimitado de ligações muitas vezes inconscientes. Segundo Castro (2004):

O debate contemporâneo a respeito da sexualidade na escola tem sido desenvolvido, em particular, por duas perspectivas: de um lado, tem-se buscado orientar e/ou enquadrar os alunos numa única visão – a higienista – que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, delegando a um único professor, o de ciências, o que consideram o “saber competente” (CASTRO, 2004, p. 38).

O profissional não precisa ser especialista em educação sexual para abordar o tema em sala de aula, faz-se necessário que este busque refletir sobre sexualidade para criar contextos pedagógicos para seus educandos, isso porque: “Durante a adolescência é comum observarmos uma fase de “homossexualidade”, em que as meninas convivem com suas amigas intimamente, trocando confidências e os meninos buscam parceiros para brincadeiras e vivências” (TAQUETTE, 2008, s/p).

No entanto, de acordo com Saviani (2005) o problema principal que se entendia pela pergunta “como ensinar”, a explicação consistia no experimento de se criar métodos de ensino. O único amparo que obtemos hoje para trabalhar com essa temática são dos Parâmetros Curriculares Nacionais que,

De acordo com os PCN's, a escola não tem a função de substituir o papel da família, e também não deve competir com função familiar, mas deve proporcionar o diálogo em torno de diferentes pontos de vista referentes a sexualidade, sem impor valores. Cabe a intuição escolar ter metodologias com o objetivo de transmitir informações sobre as questões relacionadas a sexualidade, sem interferir na intimidade e nem direcionar o comportamento dos educandos (BRASIL, 1998, p. 67).

Acredita-se que espaços diversificados no ambiente escolar podem enriquecer variados tipos de interações, e que o professor tem uma relevância em como proporcionar onde acontece o processo educacional: “Isso significa que a escola deve ser uma instituição de caráter nacional, organizada pelo Estado, mas que desfrute, no seu interior, de uma total liberdade, na qual nem o Estado e nem a igreja possa intervir” (SOARES, 2012, p. 8).

Teixeira e Magnabosco (2010) evidenciam que,

A escola é uma instituição que tem por finalidade educar para a cidadania, igualdade e ampliação dos direitos. Presenciamos muitas escolas reproduzindo práticas sexistas, que, através de normas, formas de

avaliação, livros didáticos, currículos, disciplinas, etc, não problematizam e/ou não abordam as questões de gênero assim como outras produções discursivas e linguísticas que hierarquizam as diferenças produzindo as desigualdades no ambiente escolar (TEIXEIRA, MAGNABOSCO, 2010, p. 13).

As escolas deveriam educar os sujeitos para cidadania, ou seja, para exercerem seu papel de cidadãos, e, desta forma, ampliar o conhecimento dos educandos em torno das mudanças sociais, possibilitando a estes conhecimentos em torno da temática de gênero para que antes de mais nada, aprendam a respeitar as diferenças ausentando a discriminação.

Vale salientar que as meninas e os meninos permanecem nos mesmos espaços físicos da escola, não podendo selecioná-los de acordo com suas preferências, uma vez que as instituições de ensino buscam o tratamento igualitário de todos os sujeitos. Enquanto “eles” preferem a quadra de futebol, “elas” sentem-se bem em lugares ao ar livre. Os meninos desde pequenos são direcionados as atividades mais competitivas, ou seja, que exigem determinada força, enquanto elas normalmente praticam atividades que exijam mais delicadeza. Desconstruir olhares escolares ingênuos sobre a diversidade pode ser uma função dos cursos de formação (PEREIRA, 2008, p. 25).

Segundo Dinnis (2008) uma nova atividade pedagógica é um pedido a reinventarmos nossas relações com os outros e com nós mesmos, nos soltamos, e quando liberamos a vida onde está aprisionada, nos tornamos outra pessoa,

As práticas pedagógicas precisam ultrapassar os muros da escola, precisam considerar que o processo de ensino e aprendizagem é composto por alunas/os, por professoras/es, pelos conceitos e preconceitos existentes e pelos que ainda vão existir, e pelo processo de desenvolvimento histórico e cultural das instituições e dos sujeitos envolvidos nesse sistema (TEIXEIRA, MAGNABOSCO, 2008, p. 68).

Por isso, faz-se necessário que as/os educadoras/es re/pensem suas práticas, para que seja possível abordar em sala de aula todas as temáticas necessárias, com intuito de sanar as necessidades dos educandos e possibilitar a estes uma aprendizagem significativa, pautada na relação entre professoras/es e alunas/os. Segundo Furlani (2016): “Na sala de sala, em qualquer nível da escolarização, há sujeitos de múltiplas identidades. Crianças, jovens e adultos expressam suas marcas identitárias em todo processo de socialização, de educação e de interação social” (FURLANI, 2016, p. 167). Assim sendo, devemos nos reinventar a cada dia.

Pautado nos estudos de Furlani (2016), podemos observar que,

É isso que a Metodologia Ativa propõe. Ela nos faz adotar processo inverso ao da escola tradicional, ou seja, tomar a prática, a observação participante, como ponto de partida, para, então, criticar teorias e sugerir outros métodos, outros caminhos que possam nos levar a novas paisagens, novos cenários do processo educacional e da construção de gênero nas relações escolares (FURLANI, 2016, p. 74).

É relevante que o educador valorize paradigmas de formação, para que possua uma preparação e se torne protagonista na execução das políticas educativas. Segundo Nóvoa (1995) a formação de professores/as não se caracteriza por meio da acumulação de cursos, mas sim por meio de um trabalho reflexivo e crítico sobre a práxis e, da (re)construção constante de uma identidade pessoal.

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, pautada em autores que são referência sobre o tema “Gênero e Formação Docente”, com o objetivo de investigar como o assunto vem sendo abordado atualmente na sociedade.

Segundo Marconi e Lakatos (2003) a importância da pesquisa bibliográfica se reforça pelo fato de que,

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 183).

Após essa etapa, demos continuidade com a pesquisa de campo entregando as/os professoras/es o termo de consentimento para a execução da pesquisa, deixando evidente como se daria a mesma e como estes deveriam responde-la, no caso, por meio da plataforma do *Google*.

Segundo Gil (2009) a importância da pesquisa de campo se dá pelo fato de que,

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação do estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (GIL, 2009, p. 53)

Ainda, utilizamos como ferramenta metodológica um questionário *online*, na plataforma citada, o qual foi enviado para coleta de dados via aplicativo de mensagem do celular. Em seguida, elaboramos gráficos e planilhas dos resultados obtidos.

Assim sendo, a pesquisa enquadrou-se no cunho qualitativa-quantitativa e conseqüentemente bibliográfica, pois, foram elaborados gráficos referentes aos dados obtidos e estes foram confrontados com o que já havia de escrito.

Na pesquisa quantitativa realizou-se uma análise de dados em que a matemática serviu para a interpretação dos resultados colhidos, sendo possível, correlaciona-las com a realidade empírica e a teoria que embasa o estudo (SILVA, 2010, p. 5).

3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter exploratório e descritivo, a qual obtemos dados referentes à formação dos professores/as com relação aos debates sobre gênero em sala de aula. Os questionários foram tabulados estatisticamente caracterizando, assim, o estudo como pesquisa quantitativa. Conforme Gil (2009) a pesquisa exploratória tem como objetivo promover maior familiaridade com o problema e também auxilia no desenvolvimento de ideias.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

3.2.1 População

A população do presente estudo trata-se de 10 professores do Colégio Estadual D. Pedro I EFMPN, do Município de Pitanga-PR.

3.2.2 Amostra

A amostra foi coletada por meio das respostas obtidas pelo questionário. Os professores/as da Rede Estadual do Município de Pitanga-PR, têm faixa etária entre 24 e 50 anos, sendo a média de idade de 39,5 anos. As questões foram elaboradas com o intuito de identificar a respeito da formação dos professores/as e se os mesmos já trabalhavam com metodologias inovadoras em sala de aula referente ao tema em estudo. De acordo com Marconi e Lakatos (2003): “a amostra é uma parcela conivente selecionada do universo (população), é um subconjunto do universo” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 163).

3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

3.3.1 Instrumentos

O instrumento utilizado na pesquisa para a coleta de dados foi a plataforma *online* do *Google Forms*.

3.3.2 Procedimentos

Primeiramente, foi entregue o termo aos professores, a fim de obtermos o consentimento para uso dos dados. Posteriormente, foi disponibilizado o *link* do formulário que continha os questionários *online*, distribuído via mídia social *WhatsApp*, por meio do qual os participantes tiveram um tempo para responder e finalizá-lo. Ao término, acessamos os questionários para dar início ao procedimento de análise de dados, formulando gráficos e planilhas.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Os resultados constituem-se das respostas do questionário *online* dos professores/as

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Passando a análise dos dados, apresentamos os gráficos produzidos a partir das respostas dos professores pelo questionário, quanto a questões pessoais e profissionais.

Gráfico 1: Qual seu sexo?



Fonte: o próprio autor.

Pode-se observar no gráfico acima que, 90% dos participantes responderam que são do sexo feminino e que apenas 10% são do sexo masculino. Falcão (2007) relata que a sexualidade é uma forma de expressão ou até mesmo do comportamento do ser humano, que está relacionada a elementos biológicos, psicológicos e sociais.

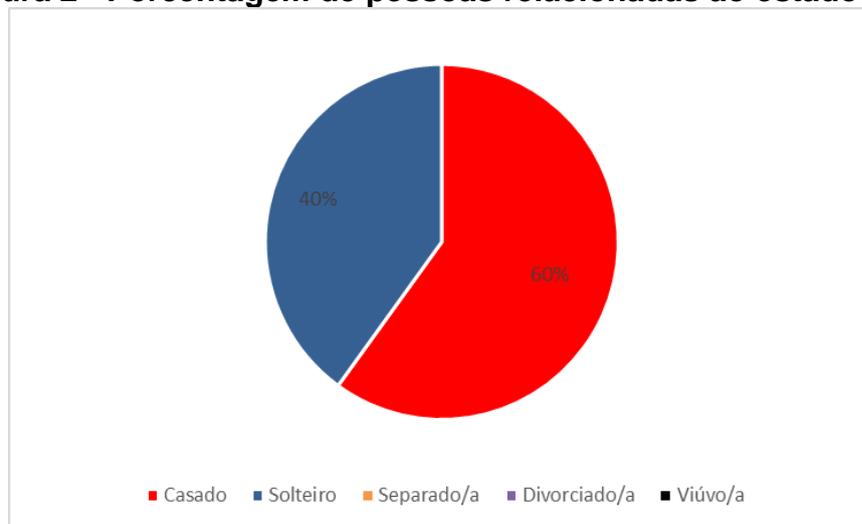
Em nossas análises, observamos que os professores do sexo masculino sentiram-se incomodados com a temática gênero, demonstraram um determinado preconceito quando cheguei na sala dos professores e relatei sobre minha pesquisa, principalmente quando falei a palavra gênero, muitos saíram dos lugares onde estavam sentados e se encaminharam ao banheiro ou até mesmo a sala de aula e não ouviram sobre o que tinha para falar.

Vivemos em uma sociedade com ascendência machista, a qual nota-se diversos problemas de desigualdade entre homens e mulheres.

Esses pré-conceitos vistos ao longo dos séculos, fazem-se presentes, muitas vezes, na estrutura familiar, em que o homem ocupa a posição de superioridade, visto como provedor do sustento, enquanto a mulher é submissa a essa masculinidade. Isso reforça o quanto nossa sociedade é movida pelo sistema patriarcal ainda.

Gráfico 2: Estado Civil

Figura 2 - Porcentagem de pessoas relacionadas ao estado civil



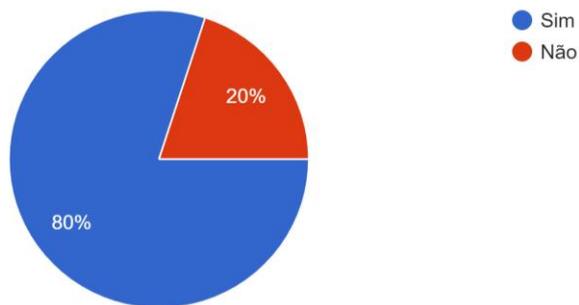
Fonte: o próprio autor.

Ainda, observa-se que a maioria dos participantes são casados/as, totalizando 60% da amostra, 40% solteiro/a e as demais opções não obtiveram respostas. Scorsolini-Comin e Dos Santos (2010) afirma que a literatura científica aponta que as pessoas casadas de ambos os sexos são mais felizes do que as pessoas que nunca casaram ou são divorciados/as, separados/as ou viúvo/a.

No entanto, o que se percebe hoje é que as pessoas têm outra visão em relação ao casamento. Antigamente, o casamento era algo que conferia status de adulto ao jovem, por isso muitas pessoas casavam cedo. Agora, a opção por não casar mais tão cedo não é pela falta de interesse, mais sim porque pensam mais cuidadosamente a respeito dessa situação. Muitas delas chegaram à conclusão que para ser feliz não precisa estar casado.

Gráfico 3: Tem filhos/as?

Figura 3 – Número de pessoas referente a filhos/as
10 respostas



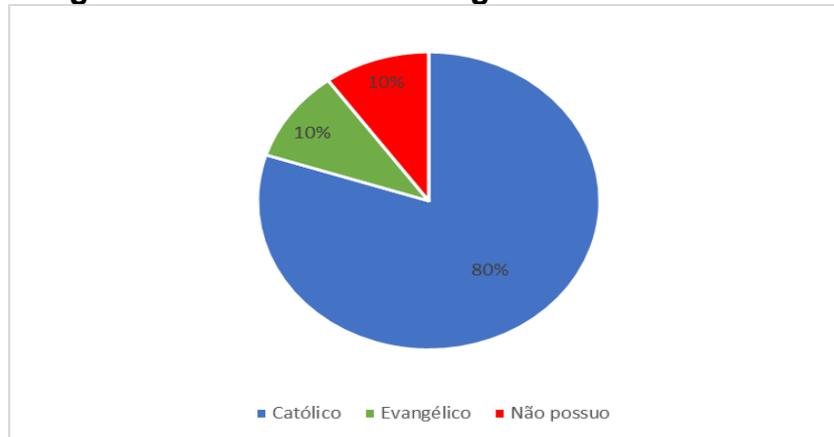
Fonte: o próprio autor.

Constata-se que 20% dos participantes não têm filhos/as e 80% responderam que possuem. Ao longo da história, a concepção, o desejo de ter filhos e a noção de família sofreram significativas mudanças. Nas décadas de 1950 e 1960, ter filhos era considerado esperado na vida de todo adulto casado (BERNARDI; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2018, p. 162).

E é importante ressaltar que conversas sobre sexualidade antigamente não aconteciam. Embora hoje exista um pouco mais de abertura para esses diálogos, ainda existem pais que resistem em ter esse tipo de conversa com os filhos. Por isso, ao longo da história, o conceito de família passou por muitas transformações, e ter filhos hoje se tornou opção cada vez mais comum perante a sociedade.

Gráfico 4: Qual sua religião?

Figura 4 – Percentual da religião de cada indivíduo



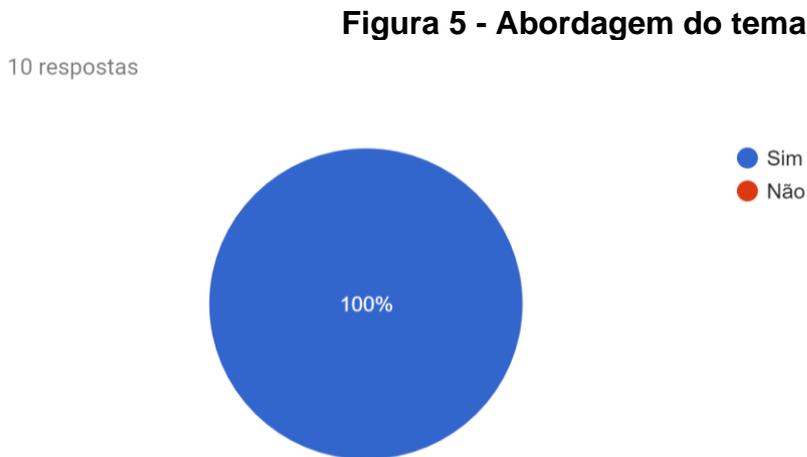
Fonte: o próprio autor.

Em relação a quarta pergunta, constata-se no gráfico que ao perguntar aos participantes qual era sua religião, os resultados obtidos por meio do questionário foram que 8% são católicos, 1% não possui religião e 1% são evangélicos. Nos estudos de Machado e Figueiredo (2000) evidenciam que,

No que tange a ordem de gênero, pesquisas sobre os efeitos da adesão religiosa nas relações de gênero revelariam as ambiguidades de uma comunidade de crenças que, a um só tempo, ajudaria fortalecer a autoestima e incrementar o processo de individualização das mulheres em relação aos homens (MACHADO; FIGUEIREDO, 2000, p. 127).

Seria necessário fazer uma modificação dos papéis masculinos e femininos, mostrar que ambos são de extrema importância para a sociedade, para que tanto o homem quanto a mulher obtenham seu valor sem precisar diminuir o próximo. No entanto, de acordo com a religião, a mulher era vista como pura, o centro perfeito no qual deveria seguir as regras que eram impostas por sua doutrina. Sua jornada de trabalho se restringia a trabalhos do lar, enquanto os homens trabalhavam fora para sustentar a casa. Por essas razões, as crenças das mulheres e dos homens se baseavam em seguir uma religião e honrar por ela, caso contrário quem não a seguisse era visto ou julgado como pecador ou pecadora.

Gráfico 5: Já abordaram a respeito da temática de Gênero ou Educação Sexual em sala de aula?



Fonte: o próprio autor.

Os participantes responderam 100% que já abordaram a temática seja ela de gênero ou de educação sexual.

De acordo com Gonçalves e Ferraz (2009) ao analisar chega a ser duvidoso saber se realmente os profissionais da educação abordam a temática gênero e educação sexual em sala de aula,

A questão é saber como tais escolhas do ensinar/não ensinar são feitas. Para eles, o modelo intuitivo/simple é, em grande parte, não consciente, porque faz apenas uma representação global do gênero a ser ensinado, resultado do contato com certos exemplares do gênero não escolhidos pelo professor para o ensino necessariamente de acordo com critérios determinados/explicitos (GONÇALVES, FERRAZ, 2009, p. 6).

Como a pergunta do questionário não exige uma resposta aprofundada dos participantes, torna se complicado avaliar se realmente os profissionais da educação cumpre com o que é imposto no currículo escolar. Trabalhar com essas questões é fundamental para o contexto escolar, conforme afirmam os autores,

Portanto, ao oportunizar que discussões acerca das diferenças e relações de gêneros, das múltiplas formas de relacionamentos, das relações sexuais além de finalidades reprodutivas, da maternidade e paternidade na adolescência, de abuso sexual, de intimidade, de masturbação, entre outras, sejam inseridas na sala de aula, possibilita-se uma aprendizagem acerca da sexualidade para além de uma ciência sexual puramente biológica (SILVA, RIBEIRO, 2011, s/p).

Ademais, é imprescindível que os profissionais tenham conhecimento sobre o assunto, e que busquem entender seus alunos e abrir espaço para discussões em sala de aula.

Quanto ao outro questionário aplicado, são as perguntas e respostas que seguem abaixo:

Questão 1: O que é gênero para você?

Autor 1: “A identidade de gênero está relacionada à auto identificação de uma pessoa, ou seja, a forma como uma pessoa se reconhece com seu gênero, não estando diretamente relacionado ao seu sexo biológico ou sua orientação sexual e desejos. Pode-se reconhecer como homem, mulher ou mesmo nenhum dos dois, quanto seja, cisgênero, transgênero ou não binária”.

Autor 2: “É como o indivíduo se identifica”.

Autor 3: “É como a pessoa se identifica”.

Autor 4: “A forma com que cada pessoa se identifica (feminino, masculino, não binário, etc.)”.

Autor 5: “Gênero é uma gama de características entre masculinos e femininos. Por outro lado, a orientação sexual depende do gênero que a pessoa sente atração”

Autor 6: “Identifica se é feminino ou masculino”.

Autor 7: “Penso que gênero é como a pessoa de característica se classifica perante a sua opção sexual”

Autor 8: “É uma condição que vai além do determinismo biológico relacionado a sexualidade dos sujeitos”.

Autor 9: “Na minha disciplina é toda forma de comunicação, diversos tipos de textos classificados em categorias. Em relação a sexualidade penso que são características de determinados grupos de pessoas”.

Autor 10: “Conjunto de seres que se identificam por terem as mesmas características, peculiaridades ou particularidades”.

Nessa questão, o **A2, A3, A6** não souberam conceituar de forma clara seu ponto de vista sobre a temática do gênero. Contudo, a diferença entre o tempo de atuação de cada um é grande, sendo que o **A2** informou que atua há vinte anos como profissional da educação, **A3** há vinte e três anos e o **A6** há onze anos. Já o **A5, A7, A8, A9 e A10** demonstraram ter conhecimento melhor sobre o assunto, pois suas respostas tiveram uma grande aproximação do conceito adquirido na pesquisa bibliográfica.

Questão 2: Em sua formação profissional, você já participou de alguma palestra relacionada a Gênero ou Educação Sexual? Quais?

Autor 1: “Não”.

Autor 2: “Sim”.

Autor 3: “Sim! Fiz uma disciplina de Mestrado chamada Gênero e Sexualidade, e também uma disciplina isolada de Doutorado. Faço parte também da Equipe Multidisciplinar do Estado, na qual há alguns anos atrás abordavam-se também as questões de gênero, não apenas as questões étnico-raciais, como atualmente”.

Autor 4: “Sim, algumas formações na modalidade à distância oferecidas pelo estado”.

Autor 5: “Sim. Sobre educação sexual várias, porém sobre gênero somente uma, inclusive neste ano”.

Autor 6: “Sim. Particpei do curso "Que é uma mulher?", ofertado pelo IFPR campus Pitanga, o qual estudava o livro "O segundo sexo", da autora e filósofa feminista Simone de Beauvoir, que aborda a temática de gênero. Palestras/cursos de educação sexual, nenhum”.

Autor 7: “Sim, várias”.

Autor 8: “Sim. Diversidades em Sala de Aula”.

Nessa questão podemos analisar que o **A1, A2, A4, A5, A7, A8** não relataram quais palestras participaram, inclusive alguns que responderam sim. Enquanto o **A3, A6** além de responder se já participaram, apontaram quais seriam essas formações. Já o **A9, A10** informaram que não tiveram nenhuma formação referente ao tema. Desse modo, é de extrema importância que os gestores tenham uma formação adequada para intermediar as discussões.

De acordo com ministério da educação e cultura, os PCN's afirmam que:

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema (BRASIL, 1998, p. 84).

Por isso, faz-se necessário que o professor busque novos olhares perante o mundo em que estão inseridos, e que propiciem interação entre ele e o aluno, para

que ambos trabalhem para uma cultura da paz, isto é, onde sejamos livres de qualquer tipo de preconceito.

Questão 3: Você já encontrou ou encontra algum tipo de dificuldade para trabalhar essas temáticas em sala de aula. Quais dificuldades?

Autor 1: “Não”.

Autor 2: “Não encontro dificuldades, porém, precisa-se esclarecer anteriormente a necessidade de se falar sobre o assunto, pois trabalho em um curso que forma docentes para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”.

Autor 3: “Sim, falta de conhecimentos a respeito do tema”.

Autor 4: “Ainda existe muita resistência e também falta de informação, inclusive para nós professores”.

Autor 5: “Sim, sinto que alguns alunos do gênero masculino não gostam de ter seus privilégios comentados, relutam em "aceitar" que existem variações dos comportamentos socialmente construídos, que o que falamos sobre feminismo e igualdade de gênero, é frescura”.

Autor 6: “Têm turmas que alguns alunos não se sentem à vontade outros conseguem se soltarem e interagir com opiniões”.

Autor 7: “Sim. Não tenho formação no assunto, e a leitura que tenho/faço é insuficiente para abordar o assunto com segurança”.

Autor 8: “Existem muitas dificuldades. A primeira delas, relacionada ao preconceito que os alunos reproduzem no espaço escolar, postura decorrente de problemas de natureza histórica da sociedade brasileira. A segunda, referindo-se à atualidade, diz respeito a vigilância de grupos reacionários no campo dos direitos humanos, que tentam, a todo custo, inibir diversas discussões sobre minorias, assim, desencorajando ou desestabilizando discussões sobre gênero que poderiam ser mais profundas e constantes durante as aulas. A terceira, no campo da formação continuada, é sobre a necessidade dos momentos de curso oferecerem embasamento teórico e prático no sentido de habilitar os profissionais da educação a desenvolverem intervenções mais efetivas e sistemáticas no enfrentamento de situações de preconceito de gênero”.

Autor 9: “Sim, em relação aos termos adequados a serem utilizados”.

Nessa questão, o **A1**, **A2** responderam que não aparentam ter nenhuma dificuldade em abordar a temática em sala de aula, porém o **A2** fala da necessidade

em se falar sobre o assunto. Enquanto o **A3, A4, A5, A7, A8, A9** ressaltaram grande dificuldade de sua abordagem. O **A5 e A6** comentaram que por parte dos alunos, muitos não se sentem à vontade, o que faz com que os professores acabem não falando a respeito em sala de aula pelo desconforto de ambos. Assim, cabe ao professor a iniciativa em trabalhar com a sala de forma reflexiva, para que tanto o aluno quanto o professor obtenham um diálogo, buscando sempre respeitar um ao outro. O **A8** soube relatar de forma mais específica e objetiva, demonstrando ter mais conhecimento sobre essas dificuldades. Pode-se analisar que a escola vem aos poucos buscando trabalhar com esses assuntos relacionados a gênero e educação sexual, entretanto ainda encontram certa dificuldade na abordagem do tema. Por essa razão, faz-se necessário a formação adequada para que essas discussões cheguem aos educandos de forma mais didática.

De acordo com Louro (2011),

Apesar de algumas resistências, essas ideias já vêm sendo admitidas por muitos. Mas as coisas costumam se complicar um pouco mais quando se trata da sexualidade. Inúmeras pesquisadoras e pesquisadores comentam o quanto parece ser difícil admitir que a sexualidade também é construída culturalmente (LOURO, 2011, p. 64).

Portanto, notamos a extrema necessidade de se desconstruir essas barreiras ou paradigmas que foram impostos pela sociedade. Todos somos seres humanos onde buscamos direitos, no entanto, não podemos esquecer dos deveres, para que assim prossigamos sem prejudicar o próximo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, compreendemos que ao nascermos somos automaticamente inseridos em uma sociedade imbuída de valores e ideais. Somos moldados a permanecer com esses valores grande parte da vida. A nossa omissão em obedecer e seguir às regras sociais importuna na continuação de um modelo que submete a pessoa e descreve estereótipos que foram enraizados ao longo do tempo.

Nesse caso, temos que ser conscientes de que a escola em si não é responsável por mudar uma conjuntura social, mas por ter uma parte de contribuição para que isso aconteça. É relevante mencionarmos que deve haver harmonia e parceria a escola, família, professores e alunos entre outros, para que se adquira o processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar. Somos indivíduos que podemos contribuir imensamente para a transformação escolar e social, no sentido de amenizar todas as formas de preconceitos.

Sabemos que são inúmeras as dificuldades, principalmente pelos profissionais da educação. Os resultados certificam-se que se faz necessário o debate sobre gênero e educação sexual em sala de aula e uma formação continuada, pois a educação tem o papel de formar cidadãos críticos perante a sociedade. Para que de fato isso aconteça, devemos trabalhar de forma reflexiva, pois além de transmitir o conteúdo pedagógico presente no currículo escolar, devemos esclarecer quaisquer 'dúvidas existentes na escola.

Portanto, a escola como instituição formadora de opinião não pode seguir ideias que sustentem o preconceito e a discriminação contra o ser humano. Já está na hora de buscar regressar essa situação de discriminação contra negros, indígenas, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, entre outros. Na realidade, a escola tem a responsabilidade de desconstruir qualquer forma de discriminação, inclusive as desigualdades de gêneros que ocorrem no âmbito social e formar cidadãos e cidadãs conscientes para conviver e defender a equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 77 p.
- BASTO, Denise; CRUZ, Izaura; DANTAS, Marilu. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: Instituto de Humanidades, Arte e Ciências, 2018. 37 p.
- BERNARDI, Denise; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. **Entre o desejo e a decisão: A escolha por ter filhos na atualidade**. Rio de Janeiro: Contextos Clínicos, 2018. 13 p.
- BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2010.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Senado Federal**: Brasília, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, DF, 1998.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARDOSO, Gessi Maria; LAZZAROTTO, Elizabeth Maria. **Mitos e crenças sexuais: uma questão cultural. Comportamento sexual: uma questão cultural**. Cascavel: Coluna do Saber, 2005.
- CASTRO, Mary Garcia et al. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004. 426 p.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, conhecimento e democracia: as lições e as dúvidas de duas décadas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 73, p. 59-66, 2013.
- DE CARVALHO, Fabiana Aparecida. QUE SABERES SOBRE SEXUALIDADE SÃO ESSES QUE (NÃO) DIZEMOS DENTRO DA ESCOLA?. **EDUCAÇÃO SEXUAL: em busca de mudanças**, p. 1, 2009.

DE MORAES BANDEIRA, Cláudia; HUTZ, Claudio Simon. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 35-44, 2012.

DE OLIVEIRA, Vera Lucia Bahl. Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores. **EDUCAÇÃO SEXUAL: múltiplos temas, compromisso comum**, p. 173, 2009.

DELORS, Jacques; NANZHAO, Zhou. **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a unesco da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasília: Cortez, 1998. 281 p.

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008.

DINIZ, Júlio Emílio; LEÃO, Pereira Geraldo. **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 172 p.

DOZOL, Marlene de Souza. **Concepção histórico-crítica da educação**: Duas leituras. 11. ed. Florianópolis: Ande, 1986. 14 p.

FALCÃO, José Stênio Pinto et al. Perfil e práticas sexuais de universitários da área de saúde. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 11, n. 1, p. 58-65, 2007.

FARIA, Adriana Maria Augusto; LENARDÃO, Edmilson. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde**. Curitiba: Secretaria da Educação, 2014. 18 p.

FIOD, Edna Garcia Maciel. Crise da educação e sociedade do trabalho. **Perspectiva**, v. 14, n. 26, p. 71-91, 1996.

FRANÇA, Fabiane Freire. **Representações Sociais de Gênero e Sexualidade na Escola: Dialogo com Educadoras**. 2014. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Centro das Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação** no. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, 2011.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual em sala de aula**: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 190 p.

GASPARIN, João Luiz; PETENUCCI, Maria Cristina. **Pedagogia histórico crítica**: Da teoria à prática no contexto escolar. Maringá: Secretaria da Educação, 2008. 16 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 23 p.

GONÇALVES, Adair Vieira; FERRAZ, Mariolinda Rosa Romera. **Ferramentas**

- didáticas e ensino:** Da teoria à prática de sala de aula. São Carlos: Claraluz, 2009. 20 p.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** Conceitos e termos. 2. ed. Brasília: Revista e Ampliada, 2012. 42 p.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas 2003.
- LOPES, Luiz. **Sexualidade:** Catálogo Mensal. Rio de Janeiro: Cultura de Ponta, 2014. 20 p.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.
- _____, Guacira Lopes. **Educação e docência:** Gênero e sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 9 p.
- _____, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 184 p.
- _____, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 2003. 179 p.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; DE FIGUEIREDO, Fabiana Melo. Gênero, religião e política: as evangélicas nas disputas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 4, n. 4, p. 125-148, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.
- MARIMON, Montserrat Moreno. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. São Paulo: Moderna Ltda, 1999. 30 p.
- NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** 2. ed. Lisboa: Dom Quixote. Lta, 1995. 158 p.
- OSORIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do. **Manual da terapia familiar.** São Paulo: Artmed, 2009. 487 p.
- PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- RIBEIRO, Max Elisandro dos Santos; SOUZA, Karla Isabel de; LIMA, Caroline Costa Nunes. **História da educação.** Porto Alegre: Sagah, 2018. 205 p.
- Ribeiro, Paulo Rennes Marçal. **A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos.** In.: BORTOLOZZI, Ana

MAIA, Cláudia; FERNANDO, Ari (Org). Sexualidade e infância. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.17-32.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. **Sexualidade e infância**, p. 17-34, 2005.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo**: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Violência contra a mulher e violência doméstica. **Gênero, democracia e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora**, v. 34, 2002.

SÁNCHEZ, Félix Lopés. **Homossexualidade e família**: novas estruturas. Porto Alegre: Artmed, 2009. 136 p.

SAVIANI, Dermeval et al. Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação. **Revista Brasileira de Educação**, 2010.

_____, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto**, v. 20, 2005.

_____, Dermeval. **Escola e saber objetivo na perspectiva histórica crítica**. 10. ed. Janeiro: Associados Ltda, 2008. 9 p.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio; DOS SANTOS, Manoel Antonio. **Satisfação com a vida e satisfação diádica: correlações entre construtos de bem-estar**. Psico-USF, v. 15, n. 2, p. 249-256, 2010.

SCOTT, Joan. **Genero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995. 99 p.

SILVA, Benícia Oliveira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Sexualidade na sala de aula**: Tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico. Florianópolis: Estudo Feministas, 2011. 13 p.

SOARES, Rosemary Dore. Entrevista com Mario A. Manacorda. **Revista Novos Rumos**, n. 41, 2012.

SOUSA, Leilane Barbosa de; FERNANDES, Janaína Francisca Pinto; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. Acta Paul Enferm, v. 19, n. 4, p. 408-13, 2006.

SURUAGY DO AMARAL DANTAS, Bruna. **Sexualidade, cristianismo e poder. Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 3, 2010.

TAQUETTE, Stella R. Sexualidade na adolescência. **Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas**

Estratégicas. Saúde do adolescente: competências e habilidades. Brasília: MS, p. 205-12, 2008.

TAQUETTE, Stella R. **Violência:** Contra mulher adolescente/jovem. Rio de Janeiro: Uerj, 2007. 207 p.

TEIXEIRA, Cíntia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e diversidade:** Formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 97 p.

WINCH, Paula Gaida. Gêneros textuais como inovação no ensino de língua inglesa. **Artigo-online).** Santa Maria: **Universidade Federal de Santa Maria**, 2007.

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, por intermédio do presente termo de consentimento livre e esclarecido, concordo plenamente em participar do Projeto de pesquisa intitulado: **“Gênero e Formação Docente”**: (RE) pensando a formação de professoras/es para a abordagem de gênero em sala de aula.

Tenho conhecimento que o estudo, projeto, procedimento não provoca nenhum dano físico ou emocional, que não há risco em participar da pesquisa.

Concordo também que minha participação no projeto se dê a título gratuito, não recebendo, portanto nenhum honorário ou gratificação referente ao projeto de pesquisa e não estou sujeito a custear despesas para a execução do projeto.

Tenho conhecimento que tenho o direito de me retirar do projeto a qualquer momento desde que faça comunicação ao coordenador da pesquisa, por escrito, previamente.

Concordo com a possibilidade de as informações relacionadas ao estudo serem inspecionadas pelo orientador da pesquisa e, que qualquer informação a ser divulgada em relatório ou publicação, deverá sê-lo de forma codificada, para que a confidencialidade seja mantida.

Assim sendo, acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas e explicadas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros para mim os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo em participar, voluntariamente, deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido.

Pitanga, 03 de outubro de 2019.

Assinatura do participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a).

Nome Completo:

CPF/MF:

Endereço:

Cidade:

Contato:

ANEXO B**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA EXECUÇÃO DE PESQUISA**

A escola Colégio Estadual D. Pedro I E.F.M.P e N, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ nº 80060817/000194 com sede em Pitanga, Estado do Paraná, fone/fax nº (42) 3646-1000 neste ato representado por seu responsável legal Maria José Teigão Lopes, nacionalidade, profissão, por intermédio da presente autoriza a realização, em suas dependências ou fora delas, o Projeto de Pesquisa intitulado **“GÊNERO E FORMAÇÃO DOCENTE”**: (RE)PENSANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES PARA A ABORDAGEM DE GÊNERO EM SALA DE AULA, que tem por objetivo identificar a respeito da formação dos professoras/es e se o mesmo já trabalham com metodologia inovadoras em sala de aula referente ao tema gênero .

Autoriza expressamente a divulgação de pesquisa, do nome da escola, de fotos do colégio e do resultado.

Declara que tem conhecimento e que concorda plenamente que a participação da escola Colégio Estadual D. Pedro I E.F.M.P e N, se dá a título gratuito não recebendo, portanto, nenhum honorário ou gratificação referente ao projeto de pesquisa.

Concorda com a possibilidade de as informações relacionadas no estudo serem inspecionadas pelo Orientador (a).

Pitanga, 03, outubro de 2019.

Empresa: Colégio Estadual D.pedro I E.F.M.P e N

CNPJ: nº 80060817/000194

Nome completo do responsável legal: Maria José Teigão Lopes

CPF/MF: 624.496.649-04

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura do professor orientador: _____